

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FAFICH
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS

Diogo de Carvalho Oliveira

**NASCENTE “DONA JÚLIA”: UM PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO
SOCIAL E PERTENCIMENTO**

Belo Horizonte

2019

DIOGO DE CARVALHO OLIVEIRA

**NASCENTE “DONA JÚLIA”: UM PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO
SOCIAL E PERTENCIMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Ciências Socioambientais da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Socioambientais.

Orientador: Klemens Augustinus Laschefski

Belo Horizonte

2019

DIOGO DE CARVALHO OLIVEIRA

**NASCENTE “DONA JÚLIA”: UM PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO
SOCIAL E PERTENCIMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Ciências Socioambientais da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Socioambientais, desenvolvido sob a orientação do Prof. Klemens Augustinus Laschefski.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Klemens Augustinus Laschefski (Orientador) – UFMG

Prof^a. Luciana Pena Mello Brandão – UFMG

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

ANO	SEMESTRE
2019	2

Aos DOIS dias do mês de DEZEMBRO do ano de DOIS MIL E DEZENOVE reuniu-se a banca examinadora composta pelo professor KLEMENS AUGUSTINUS LASCHEFSKI (orientador), do Departamento de GEOLOGIA, e pela professora LUCIANA PENA MELLO BRANDÃO, vinculação institucional: PROFESSORA SUBSTITUTA NA UFMG - PÓS-DOUTORANDA NO LABORATÓRIO DE LIMNOLOGIA, ECOTOXICOLOGIA E ECOLOGIA AQUÁTICA, para examinar a Monografia do curso de Graduação em Ciências Socioambientais (Bacharelado) intitulada *Nascente "Dona Júlia": Um Processo de Participação Social e Pertencimento* do aluno DIOGO DE CARVALHO OLIVEIRA, Matrícula nº 2012062185.

Procedeu-se à arguição, finda a qual os membros da banca reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela aprovação da Monografia com a nota 95, conceito 4.

Para constar foi lavrada a presente ata, que vai datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 02 de Dezembro de 2019.



Professor orientador



Professor convidado

AGRADECIMENTOS

Na caminhada até aqui, tive que lidar com muitos percalços, inseguranças e desafios, mas ao mesmo tempo, pude contar com diversas formas de apoio e cuidado do dia em que fixei residência em Belo Horizonte até a data da entrega deste trabalho. Por isso, nesses parágrafos venho agradecer:

A Deus, por ser meu porto seguro e ser Aquele em quem pude confiar nos momentos de solidão, tristeza e desamparo, mas também nos momentos de alegria e de gratidão;

À minha mãe, Edênia, por ser um poço de compreensão e carinho. Por ser aquela pessoa que sempre acreditou que a educação pode transformar vidas e por me fazer entender que posso alcançar meus objetivos por meio da fé e da persistência;

À família do meu Tio Édison, pelo acolhimento na fase pré-vestibular e por sempre me estimularem e confiarem no meu potencial;

Ao Rick, Rizey, Tuza, Nathi-Nathini, Brennds e Pedroca por me fazerem sorrir, refletir, chorar e por me oferecerem o melhor de uma amizade;

À Mari, Thaís, Paula, Lays e Camila Castro pela companhia, apoio e amizade, para além dos corredores e salas de aula da universidade;

Aos Amoras, amigos de repúblicas, de trabalho e todos aqueles que por meio da convivência me tornaram um ser humano melhor;

Ao meu orientador Klemens pela paciência, compreensão, auxílio e suporte durante todo o processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso;

Ao curso de Ciências Socioambientais por lançar profissionais brilhantes ao mercado de trabalho;

À UFMG por me fazer conhecer a diversidade e as causas sociais e me identificar dentro delas;

À Estação Ecológica da UFMG, Projeto Manuelzão, CBH Rio das Velhas e Agência Peixe Vivo pela formação profissional adquirida e por proporcionarem experiências que levarei para os novos ambientes de trabalho;

À Belo Horizonte, ao Jaraguá, ao Centro, ao Carlos Prates e ao Sion;

A mim, por tudo (por último, mas não menos importante).

RESUMO

A construção de políticas públicas envolvendo a participação da população tem sido uma estratégia cada vez mais frequente para alcançar a descentralização do poder. Isso faz com que cidadãos e cidadãs possam dialogar e demandar das instituições públicas em situações que envolvem o bem estar comunitário. Quanto se trata de recursos hídricos, a estratégia não é diferente. Percebe-se que grupos de trabalho voltados para esse tema têm atuado de forma incisiva para que a quantidade e qualidade das águas dos corpos hídricos possam alcançar ou se manter em níveis equilibrados. A proteção e conservação de nascentes urbanas cumprem papel fundamental para que tal objetivo seja alcançado e é nesse sentido que a revitalização da “Nascente Dona Júlia” e de tantas outras nascentes da região metropolitana de Belo Horizonte/MG contribuem para a melhoria do cenário ambiental na região. O objetivo do presente trabalho foi verificar se o processo de revitalização da nascente supracitada trouxe uma nova perspectiva de uso e conservação do local do ponto de vista dos moradores do entorno. As entrevistas foram realizadas a partir do método de “Amostragem Bola de Neve”, onde dez pessoas foram entrevistadas a partir de um roteiro semiestruturado com questões norteadoras ligadas à temática central. Foi possível verificar que houve uma mudança de percepção destes indivíduos em relação à área da nascente e seu entorno e que hoje em dia há um maior aproveitamento do local seja para fins educativos ou para atividades de lazer. Por fim, é necessário que a população seja envolvida nas iniciativas de proteção e conservação de áreas verdes e dos recursos hídricos para que o processo se torne mais participativo, dando protagonismo às pessoas que vivem nessas áreas onde são previstas intervenções.

Palavras-chave: Políticas públicas; nascente; participação popular; recursos hídricos; protagonismo.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CBH VELHAS – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas

COMUPRA – Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu

FOFA – Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças

IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas

ONG – Organização Não-Governamental

PNRH – Política Nacional de Recursos Hídricos

SCBH – Subcomitê de Bacia Hidrográfica

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UTE – Unidade Territorial Estratégica

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Área de abrangência das residências dos entrevistados.	15
Figura 2 - Área de abrangência das residências dos entrevistados.	18
Figura 3 - Território do Subcomitê do Ribeirão Onça.	20
Figura 4 - Trecho do Ribeirão do Onça na Altura do Bairro Ribeiro de Abreu.....	21
Figura 5 - Montagem Nascente ON159 – Cuidadora “Dona Júlia”	23
Figura 6 - Coleta de água realizada na Nascente Dona Júlia, com a Cuidadora Julia Machado.....	24
Figura 7 - Deck de madeira para proteção da nascente.....	24
Figura 8 - Plantio de mudas no entorno da nascente.....	25
Figura 9 - Melhorias de Acesso à Nascente.....	25
Figura 10 - Reunião de mobilização no COMUPRA.....	26
Figura 11 - Visita guiada com alunos da comunidade escolar.....	26
Figura 12 - Cercas no entorno da área da nascente revitalizada	37
Figura 13 – Vestígios de Incêndio Próximos à Nascente	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo dos Entrevistados	29
Gráfico 2 – Idade dos Entrevistados	29
Gráfico 3 – Usos da Área antes da Revitalização	31
Gráfico 4 – Usos Particulares da Área antes da Revitalização	31
Gráfico 5 – Usos da Área após a Revitalização	32
Gráfico 6 – Usos Particulares da Área após a Revitalização	33
Gráfico 7 – Ameaças à Nascente e seu Entorno.....	39
Gráfico 8 – Fatores de Atração à Nascente e seu Entorno	41
Gráfico 9 – Fatores de Afastamento à Nascente e seu Entorno.	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Análise FOFA do Objeto de Estudo.....	46
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. JUSTIFICATIVA	14
3. OBJETIVOS	14
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	15
5. DISCUSSÃO	16
5.1 COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA.....	16
5.2 O CBH RIO DAS VELHAS	17
5.3 SUBCOMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ONÇA	20
5.4 AGÊNCIA DE BACIA HIDROGRÁFICA PEIXE VIVO	21
5.5 PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DE NASCENTES URBANAS	22
6. PERFIL DOS ENTREVISTADOS	27
7. RESULTADOS	28
8. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	43
9. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

1. INTRODUÇÃO

Nos tempos atuais, muito se fala a respeito da descentralização do poder e de tornar o cidadão um ator chave na elaboração conjunta de políticas públicas e ações institucionais que impulsionem o bem-estar da população. Transformar o que a sociedade tem a dizer em projetos reais vem sendo um dos principais objetivos de diversos grupos de trabalho que se reúnem frequentemente em prol de melhorias, seja no âmbito do urbanismo, do saneamento básico, da revitalização de áreas degradadas e de outras tantas temáticas.

A população tem encontrado nesses grupos uma forma de absorver um maior conhecimento acerca de seus direitos. Por meio deles, é possível entender os caminhos que devem ser percorridos para demandar a solução de suas carências ao Poder Público. Além disso, tais grupos se caracterizam como formadores de lideranças, lideranças essas que ao se comunicarem, acabam fazendo com que suas reivindicações ganhem mais força.

Os grupos aqui mencionados podem ser exemplificados pelas associações de bairro, conselhos administrativos, sindicatos, comissões, entre outros formatos existentes. Como exemplo fundamental para o presente trabalho, pode-se citar a atuação dos Comitês de Bacia Hidrográfica que, para além de suas outras competências, transformam os recursos advindos da cobrança pelo uso da água em projetos de melhoria ambiental, atendendo às demandas dos participantes deste Conselho e contribuindo para uma maior quantidade e qualidade das águas.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas – CBH Velhas é um exemplo de grupo participativo que se reúne frequentemente para discutir os problemas socioambientais ao longo da bacia e dar encaminhamento às demandas que surgem durante seus encontros. Sua estrutura, que será melhor detalhada no desenvolvimento deste trabalho, compreende a existência de Subcomitês de Bacia Hidrográfica – SCBH's que possibilita uma atuação regionalizada em prol da resolução de conflitos socioambientais nas sub-bacias do Rio das Velhas.

Dentre os Subcomitês existentes, destaca-se o Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Onça que se caracteriza como um grupo consultivo e propositivo, vinculado ao CBH-VELHAS [...] com atuação na bacia hidrográfica do Ribeirão do Onça [...] (CBH Velhas, 2018), compreendendo os municípios de Belo Horizonte e Contagem. Assim como nos outros Subcomitês, o grupo é formado por representantes da sociedade civil, usuários de água e poder público onde são analisadas e discutidas as diversas problemáticas inerentes da sub-bacia em questão.

O CBH Velhas tem como uma de suas competências o lançamento de chamamentos públicos para seleção de projetos, onde pessoas físicas e/ou jurídicas podem demandar intervenções na bacia, custeadas pelos recursos da cobrança pelo uso da água. Nesse sentido, os Subcomitês têm sido considerados como espaços fundamentais para elaboração desses projetos, onde as entidades com representação no conselho frequentemente demandam estudos ambientais, projetos de saneamento, obras de engenharia, entre outras ações que visam à melhoria ambiental da bacia.

O “Programa de Valorização das Nascentes Urbanas nas Bacias Hidrográficas dos Ribeirões Arrudas e Onça” é o resultado de uma demanda conjunta dos Subcomitês Onça e Arrudas. Uma das nascentes urbanas contempladas pelo Programa está situada no bairro Ribeiro de Abreu em Belo Horizonte - MG, bacia do Ribeirão do Onça e seu entorno passou por um processo de revitalização, garantindo uma maior proteção à água ali minada e, conseqüentemente, criando um pequeno espaço de convivência e contemplação para as pessoas que ali transitam.

Nesse sentido, percebe-se a necessidade de se discutir as contribuições deixadas por este projeto, verificando o quão produtivo foi o trabalho executado e se as intervenções ali realizadas causaram algum tipo de impacto na vida da população residente no entorno e na dinâmica da região de uma maneira geral.

As discussões do presente trabalho foram divididas em nove tópicos, sendo o primeiro esta introdução. O segundo tópico trouxe a justificativa da pesquisa e os tópicos três e quatro, os objetivos a serem alcançados e os procedimentos

metodológicos utilizados. No tópico cinco foram desenvolvidas abordagens teóricas acerca do tema e na sequência foi traçado um perfil dos entrevistados no tópico seis. Por fim, no sétimo e oitavo tópicos foram tecidos os resultados, bem como discussões a respeito deste, finalizando o trabalho no tópico nove, onde foram feitas as considerações finais desta pesquisa.

2. JUSTIFICATIVA

Considerando o cenário atual de degradação das sub-bacias urbanas, sobretudo aquelas pertencentes às bacias dos ribeirões Onça e Arrudas; a intensa canalização e aterramento de corpos d'água em Belo Horizonte; as crescentes demandas de projetos hidroambientais por meio dos chamamentos públicos realizados pelo CBH Rio das Velhas e a preocupação diante do risco de escassez hídrica no país, fez-se necessária uma avaliação – do ponto de vista da população local, do que está sendo executado nas áreas contempladas pelos projetos, já que tais intervenções visam o aumento da quantidade e qualidade de água nessas sub-bacias e, conseqüentemente, a melhoria de vida de quem reside próxima a essas áreas.

Além desses fatores, a construção deste trabalho vem de uma autoprovocação do autor em relação à sua trajetória profissional percorrida até então, já que foram feitos estágios não obrigatórios nas instituições envolvidas na execução desse projeto (Comitê e Agência de Bacia). Portanto, a escolha do tema também se justifica pela curiosidade em acompanhar e observar um dos projetos hidroambientais do CBH Rio das Velhas a partir de outra ótica que não seja tão enviesada pelo local de trabalho.

3. OBJETIVOS

O presente trabalho tem por objetivo geral investigar a percepção de alguns moradores da região em relação à nascente supracitada e verificar se a revitalização da nascente e seu entorno trouxe uma nova perspectiva de uso e conservação do local.

Como objetivo específico, espera-se que as informações obtidas durante todo o processo possam auxiliar numa avaliação da revitalização, sobretudo do trabalho de sensibilização que fora realizado por meio do Programa de Valorização de Nascentes Urbanas.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para responder aos questionamentos propostos, foram realizadas entrevistas com moradores do entorno da nascente ou que tivessem participação fundamental em ações referentes à conservação da área revitalizada, sendo localizados por meio do método de “amostragem em bola de neve”.

A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador. (VINUTO, 2014)

Foram entrevistadas pessoas que moram no bairro Ribeiro de Abreu próximo à área de estudo há mais de 10 anos, sem distinção de gênero. Em relação aos moradores do entorno da nascente foi selecionada inicialmente a residência da *semente* e por indicação, as residências dentro da área destacada na Figura 1.

Figura 1 - Área de abrangência das residências dos entrevistados.



Fonte: Google Maps. 2018.

Em relação ao formato da entrevista, foi elaborado um roteiro semiestruturado (Anexo 1) com questões norteadoras ligadas à temática central. Ao todo, foram entrevistadas 10 (dez) pessoas e é importante ressaltar que as participações foram voluntárias, isto é, participaram das conversas aquelas pessoas que se sentiram confortáveis em responder às questões e terem suas falas gravadas.

Após a realização das entrevistas, foi elaborado um quadro com a compilação das informações prestadas pelos entrevistados evidenciando as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças relacionadas ao objeto de estudo, ou seja, a Nascente Fundamental do Parque Ciliar do Onça e seu entorno. O quadro supracitado diz respeito à outra metodologia utilizada em pesquisas qualitativas, denominada FOFA.

A análise de fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças (FOFA, de acordo com as suas iniciais) é um instrumento valioso para a análise de um tema específico, para o monitoramento e a avaliação de ações implementadas, para a identificação de projetos a serem implantados e para a avaliação do desempenho do trabalho. A vantagem dessa ferramenta está em sua simplicidade para gerar critérios que norteiem a tomada de decisões e sistematizem o planejamento de ações. A análise FOFA auxilia as pessoas a sistematizarem suas opiniões sobre o que está indo bem - fortalezas e oportunidades - e o que está indo mal - fraquezas e ameaças. (DRUMOND et al., 2009)

5. DISCUSSÃO

5.1 COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA

A política ambiental brasileira ganhou força no ano de 1997 com a instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, responsável por criar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos por meio da Lei 9.433. Tal Política, em seu Artigo 1º, fundamenta que a água é um bem de domínio público; é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; seu uso deve ser prioritário para consumo humano e dessedentação de animais em períodos de escassez e que seu uso múltiplo deve ser sempre proporcionado por meio da gestão dos recursos hídricos (BRASIL, 1997). Fundamenta também que a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da PNRH e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (BRASIL, 1997).

No Inciso VI do Artigo 1º, é fundamentado, ainda, que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades (BRASIL, 1997). O espaço para tal participação pode ser exemplificado na figura dos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBH, instituições normativas e deliberativas que possibilitam que os interesses da sociedade sejam discutidos e analisados por meio de representantes.

Conforme disposto no Artigo 37 da Lei 9.433/1997, os CBH's têm como área de atuação a totalidade de uma bacia hidrográfica; as sub-bacias hidrográficas de tributários do curso de água principal da bacia, ou de tributário desse tributário; ou grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas (BRASIL, 1997). Além disso, são competências dos Comitês:

“I – promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes; II – arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos; III – aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia; IV - acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas; V - propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes; VI - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados; IX - estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo (BRASIL, 1997)”.

Para fortalecer a ideia de descentralização de poder, os CBH's possuem uma representação diversa dentro do seu conselho. É esperado que cada Comitê possua representantes da sociedade civil, dos usuários de água que atuem na bacia e do Poder Público Municipal, Estadual e Nacional quando a bacia abranger mais de um estado. Entende-se como sociedade civil, as entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia (BRASIL, 1997), ilustradas por meio das associações comunitárias, ONG's e outros grupos de articulação voluntária.

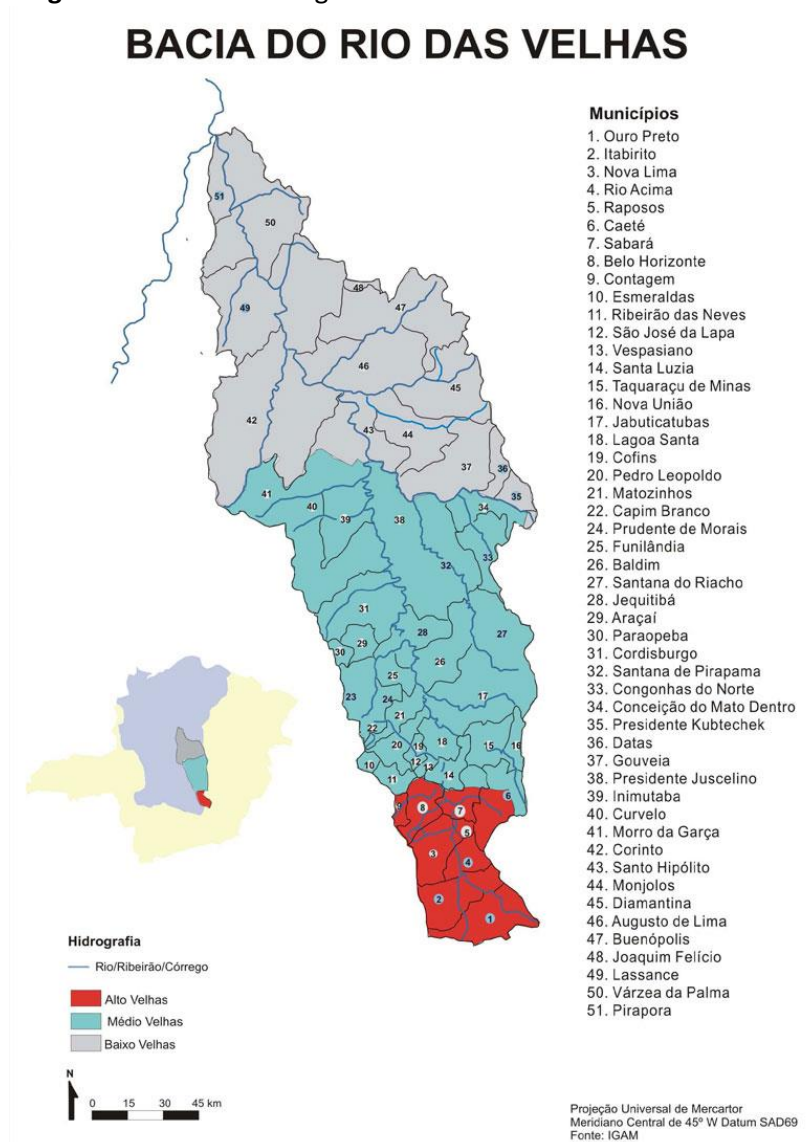
5.2 O CBH RIO DAS VELHAS

Criado em 1998 por meio do Decreto Estadual 39.962, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas foi um dos pioneiros na discussão e deliberação de

assuntos ligados à gestão e uso da água. Hoje, o CBH Velhas é considerado um dos comitês mais avançados na implementação do processo decisório participativo no Brasil (COSTA, 2008) e, principalmente, na cobrança pela captação de água na bacia.

No que diz respeito à bacia, no total são 29.173km² de drenagem dentro de seus limites (CBH VELHAS, 2018). Ao todo, 51 municípios (Figura 2) são abrangidos pela bacia que é subdividida em Alto, Médio e Baixo Rio das Velhas, compreendendo uma população de aproximadamente 4,5 milhões de pessoas. (CAMARGOS, 2005).

Figura 2 - Área de abrangência das residências dos entrevistados.



Fonte: Portal do CBH Rio das Velhas. 2018.

O Rio das Velhas, propriamente dito, é o maior afluente do Rio São Francisco, tendo 801 km de extensão. Suas nascentes estão localizadas na região compreendida pelo Parque das Andorinhas no município de Ouro Preto-MG, desaguando no Velho Chico em Várzea da Palma, no distrito de Barra do Guaicuí (CBH VELHAS, 2018).

Belo Horizonte, cidade sede das reuniões plenárias do CBH Velhas, ocupa uma porção pouco significativa da bacia e pensando na expansão das discussões ao longo do território, foram criados os Subcomitês de Bacia Hidrográfica – SCBH's. Ao todo, 18 subcomitês desempenham papéis propositivos e consultivos de atuação nas sub-bacias hidrográficas da bacia do Rio das Velhas, sendo compostos também por três setores, sendo eles os usuários de água, a sociedade civil organizada e o poder público (municipal e/ou estadual). Frutos da Deliberação Normativa CBH Velhas nº 02/2004 e com o objetivo de fortalecer a gestão participativa e descentralizada, os Subcomitês têm como competências:

“I. Acompanhar a elaboração e implementação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas em sua área de atuação, prioritariamente no que diz respeito às atividades de preservação, conservação e recuperação ambiental Hidroambiental da bacia, formulando sugestões ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas para o cumprimento de seus objetivos e para suas atualizações; II. Pronunciar-se, mediante solicitação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, sobre as questões relacionadas aos recursos hídricos em sua área de atuação; III. Propor ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas o exame e a apreciação de questões relacionadas aos recursos hídricos em sua área de atuação; IV. Apresentar, anualmente, relatório de atividades desenvolvidas e cópias das atas de suas reuniões ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas; V. Eleger sua Coordenadoria, cujos nomes serão encaminhados ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, para seu conhecimento; VI. Apoiar o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas no processo de gestão compartilhada, em sua área de atuação; VII. Apoiar ações de educação e mobilização social relacionadas ao meio ambiente e aos recursos hídricos (CBH VELHAS, 2017).”

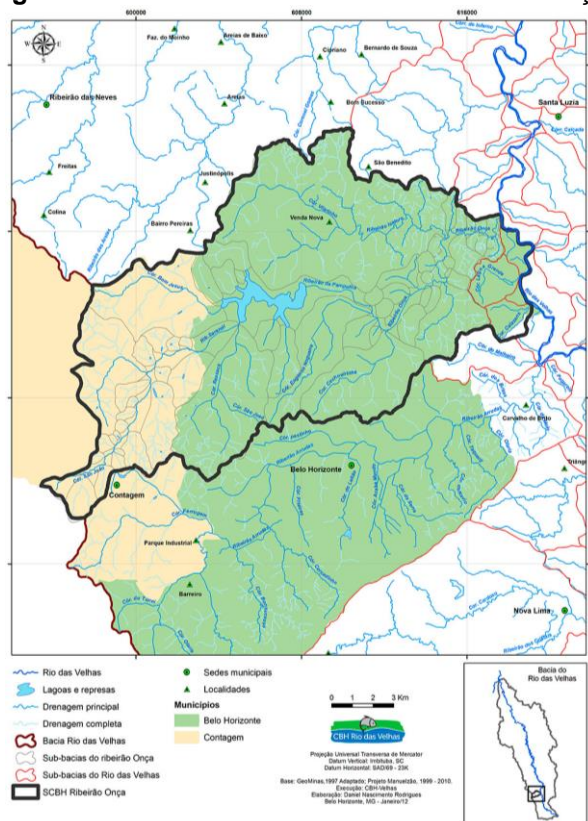
Cada subcomitê tem sua área delimitada de acordo com a Unidade Territorial Estratégica – UTE no qual está inserido. Por definição, as UTE's referem-se à área hidrográfica, bacia, grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas, com características naturais, sociais e econômicas similares (CBH VELHAS, 2012). Além disso, têm também por finalidade estabelecer os limites territoriais para a criação de Subcomitês de Bacia Hidrográfica (CBH VELHAS, 2012) como dito anteriormente.

Ao todo, a bacia do Rio das Velhas compreende 23 (vinte e três) UTE's em toda a sua extensão, ou seja, na teoria podem ser criados até 23 (vinte e três) subcomitês de bacia em tais áreas. Para que os 5 (cinco) subcomitês restantes sejam criados, é necessário o envio de ofício de demonstração de interesse, seja por demanda popular ou institucional. Além disso, é preciso que o valor arrecadado pela cobrança na bacia seja suficiente para tornar as atividades destes subcomitês viáveis.

5.3 SUBCOMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ONÇA

Dos 18 (dezoito) subcomitês existentes, o Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça é o mais importante para o presente trabalho. Instituído em 2006, sua UTE (Figura 3) compreende os municípios de Belo Horizonte - MG e Contagem – MG em uma área de 221,38km² (CBH VELHAS, 2018). Com uma população de aproximadamente 1,3 milhões de habitantes, a UTE Onça possui em seu território diversos cursos d'água, com destaque para os Ribeirões do Onça (Figura 4), Ribeirão da Pampulha, Córrego Ressaca e Ribeirão da Izidora.

Figura 3 - Território do Subcomitê do Ribeirão Onça.



Fonte: Portal do CBH Rio das Velhas. Unidade Territorial Estratégica Onça, 2018.

Assim como no CBH Rio das Velhas, o SCBH Ribeirão Onça tem distribuição paritária entre seus membros englobando usuários de água, representantes do Poder Público Estadual e Municipal, além da sociedade civil organizada. O Subcomitê conta hoje com 31 conselheiros, titulares e suplentes, reunindo-se mensalmente em Belo Horizonte ou Contagem.

Figura 4 - Trecho do Ribeirão do Onça na Altura do Bairro Ribeiro de Abreu.



Fonte: Acervo Pessoal. 2018.

5.4 AGÊNCIA DE BACIA HIDROGRÁFICA PEIXE VIVO

A cobrança pelo uso da água aqui já mencionada é um instrumento de gestão previsto pela Lei das Águas (Lei 9433/97) e prevê que grandes usuários de água, que geram diminuição da disponibilidade e proporcionam a perda da qualidade dos corpos hídricos paguem pelo uso deste recurso (CBH VELHAS, 2017). O valor arrecadado deve ser revertido para aplicação na própria bacia hidrográfica por meio de contratação de empresas para a execução de projetos e serviços de recuperação ambiental e outras demandas que surgem a partir das necessidades dos Comitês.

Nesse sentido, surgem as Agências de Bacia Hidrográfica que têm por finalidade exercerem a função de secretaria executiva de um ou mais Comitês de Bacia (BRASIL, 1997), gerenciando, administrando e fazendo a aplicação dos recursos advindos da cobrança pelo uso da água (CBH VELHAS, 2017).

Em Julho de 2007, a Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo é equiparada ao CBH Rio das Velhas por meio da Deliberação Normativa CERH Nº56 de 2007 (MINAS GERAIS, 2007) e se torna responsável pelas licitações e contratações mencionadas no parágrafo anterior fazendo com que os projetos demandados pelo Comitê tenham sua viabilidade avaliada e sejam executados.

A partir da aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água nesses projetos, a Agência cumpre seu papel de contribuir para a melhoria das condições quantitativas e qualitativas dos recursos hídricos na área de abrangência da bacia hidrográfica do Rio das Velhas e para o fortalecimento institucional do CBH Velhas (AGÊNCIA PEIXE VIVO, 2017).

5.5 PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DE NASCENTES URBANAS

Em 2012, foi publicado um Chamamento Público pelo CBH Rio das Velhas que visava o recebimento de propostas de projetos a serem implantados na bacia. A partir de propostas elaboradas no âmbito dos Subcomitês Ribeirão Onça e Ribeirão Arrudas, foi implantado o projeto hidroambiental “Valorização das Nascentes Urbanas nas Bacias Hidrográficas dos Ribeirões Arrudas e Onça”, contratado pela Agência Peixe Vivo. O projeto nasceu a partir de oficinas realizadas nesses dois subcomitês onde foram definidas diversas ações em prol da identificação e da valorização de nascentes situadas em áreas urbanas.

“O intuito desse projeto foi localizar e cadastrar os proprietários que protegem as áreas de recarga e nascentes de cursos de água em seus lotes e aqueles moradores que possuem interesse em participar da proposta de convívio harmônico entre os ambientes naturais contendo nascentes, olhos d’água e córregos, nas áreas ocupadas pela urbanização. (AGÊNCIA PEIXE VIVO, 2016).”

Nesta etapa, dentre as várias nascentes catalogadas e contempladas pelo projeto, foram selecionadas 9 (nove) nascentes para receberem intervenções propostas pelos subcomitês. Dentre elas, a nascente denominada ON159 (Figura 5) localizada no bairro Ribeiro de Abreu em Belo Horizonte – MG na bacia do Ribeirão do Onça. Tal nascente tem como cuidadora a Sra. Júlia Machado Amaral (Dona Júlia) que ao

longo de vários anos vem trabalhando em prol da conservação da área onde a nascente está inserida e sendo reconhecida por esse fato.

Figura 5 - Montagem Nascente ON159 – Cuidadora “Dona Júlia”



Fonte: Portal do CBH Rio das Velhas – Créditos: Tanto Expresso: Ohana Padilha.

De acordo com o Termo de Referência elaborado pela Agência Peixe Vivo (2016), a nascente está a 150 metros do Ribeirão do Onça, desaguando diretamente em sua calha. Anterior ao início dos trabalhos verificou-se que o entorno da nascente possuía uma grande área permeável, ao mesmo tempo em que a vegetação ao redor se encontrava alterada e com focos acelerados de erosão.

A “Nascente Dona Júlia” como é popularmente conhecida, ou Nascente Fundamental do Parque Ciliar do Onça, era alvo de frequentes mutirões de limpeza e outras atividades desenvolvidas por grupos de moradores da região como o COMUPRA e movimentos como o “Deixe o Onça Beber Água Limpa”. Tais atividades objetivavam, para além da revitalização do Ribeirão do Onça, protegê-la contra o lançamento clandestino de lixo, entulho e fogo (GOS FLORESTAL, 2016).

Após ser contemplada pelo Projeto Hidroambiental “Valorização de Nascentes Urbanas dos Ribeirões Onça e Arrudas”, foi feito um monitoramento da qualidade da água da “Nascente Dona Júlia” (Figura 6), verificando os níveis de cloro livre, ferro, amônia, pH, turbidez, cor, oxigênio consumido, cloreto, dureza total, alcalinidade, coliformes totais, *Escherichia coli*, Salmonela, oxigênio dissolvido, condutividade elétrica e sólidos totais dissolvidos (GOS FLORESTAL, 2016).

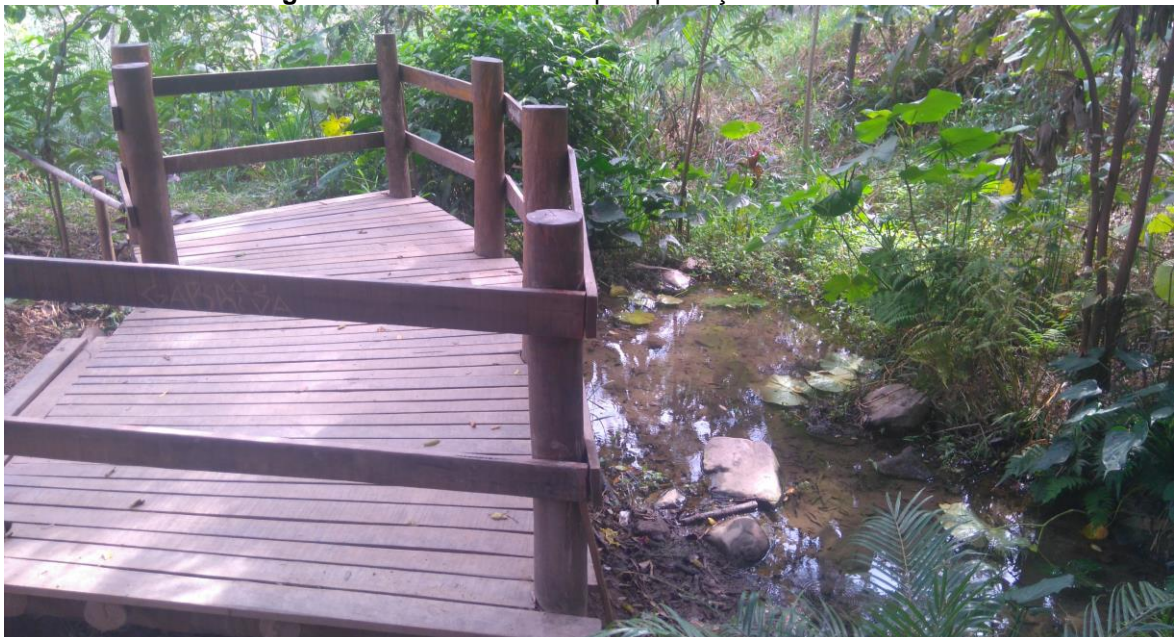
Figura 6 - Coleta de água realizada na Nascente Dona Júlia, com a Cuidadora Julia Machado.



Fonte: Acervo GOS Florestal, 2016.

Além disso, foi construído um deck de madeira para proteção da nascente contra pisoteio e acesso de animais (Figura 7), bem como o plantio de espécies como aroeira, cedro, jacarandá, paineira, jequitibá, entre outras (Figura 8). A nascente também recebeu melhorias em seu acesso (Figura 9) e diversas intervenções de limpeza, revegetação e paisagismo.

Figura 7 - Deck de madeira para proteção da nascente.



Fonte: Acervo Pessoal. 2018.

Figura 8 - Plantio de mudas no entorno da nascente.



Fonte: Acervo Pessoal. 2018.

Figura 9 - Melhorias de Acesso à Nascente.



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

Além das intervenções físicas, foram realizadas diversas atividades de mobilização e educação socioambiental com o objetivo de sensibilizar os principais atores envolvidos no projeto. A empresa GOS Florestal, ganhadora da licitação para

execução do projeto de revitalização, foi responsável por tais atividades que incluíram um circuito de oficinas, reuniões de mobilização (Figura 10), visitas guiadas (Figura 11), confecção e distribuição de cartilhas, planejamento para continuidade da conservação junto à comunidade, entre outras atividades.

Figura 10 - Reunião de mobilização no COMUPRA



Fonte: Acervo GOS Florestal, 2016.

Figura 11 - Visita guiada com alunos da comunidade escolar.



Fonte: Acervo GOS Florestal, 2016.

6. PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Ao todo, os 10 (dez) participantes da pesquisa responderam à cerca de 20 (vinte) questionamentos correlatos ao tema proposto. Para melhor verificação dos resultados, será detalhado no próximo tópico cada um desses questionamentos que embasaram as discussões realizadas junto aos entrevistados. Vale ressaltar que apesar de existir um roteiro semiestruturado de questões, as conversas fluíram para além dos questionamentos feitos, dando à entrevista um caráter mais dinâmico e eficaz.

Por não considerá-los relevantes para a pesquisa, optou-se por não apresentar os nomes dos entrevistados nas respostas e/ou discussões aqui mencionadas, com exceção da entrevistada *semente*, que na visão do autor não poderia ser outra moradora que não fosse a Sra. Júlia Machado Amaral (Dona Júlia), cuidadora da nascente. Mesmo que a identificação dos outros participantes se dê por meio de suas iniciais, a ideia do presente tópico é dar vida a esses entrevistados, explanando sobre suas origens, relação com o objeto de estudo, ocupação (em alguns casos) e tempo de residência na região.

A começar pela Dona Júlia, vale ressaltar que a semente da metodologia deste estudo é bastante envolvida com ações comunitárias no Bairro Ribeiro de Abreu, sobretudo àquelas relacionadas às atividades do COMUPRA (Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu). Vivendo no local desde 1981, Dona Júlia foi quem deu o ponto de partida para que anos mais tarde a Nascente Fundamental do Parque Ciliar do Onça ganhasse um projeto de revitalização.

A entrevistada A.G.M.N. vive na região há 31 anos e no primeiro ano de residência no bairro, usou a água da nascente para diversos usos domésticos. Hoje em dia, participa das ações que são realizadas no entorno da área revitalizada e tem contribuído para que a revitalização se mantenha. A entrevistada W.S.C.C. mudou-se para o Ribeiro de Abreu há 14 anos e, assim como A.G.M.N, passou a participar dos eventos na área da nascente após a realização do projeto. Inclusive, é membro de grupos de discussões sobre a área revitalizada e faz mudas de espécies nativas para plantio no local.

O entrevistado A.S. mora na região há 12 anos. Conhece o COMUPRA e outras redes de atuação da região, mas não participa ativamente das ações. Da mesma forma, o entrevistado M.S.C.R. tem conhecimento dos eventos e atividades que acontecem no entorno da nascente, mas não os frequenta, mesmo morando no bairro há 28 anos.

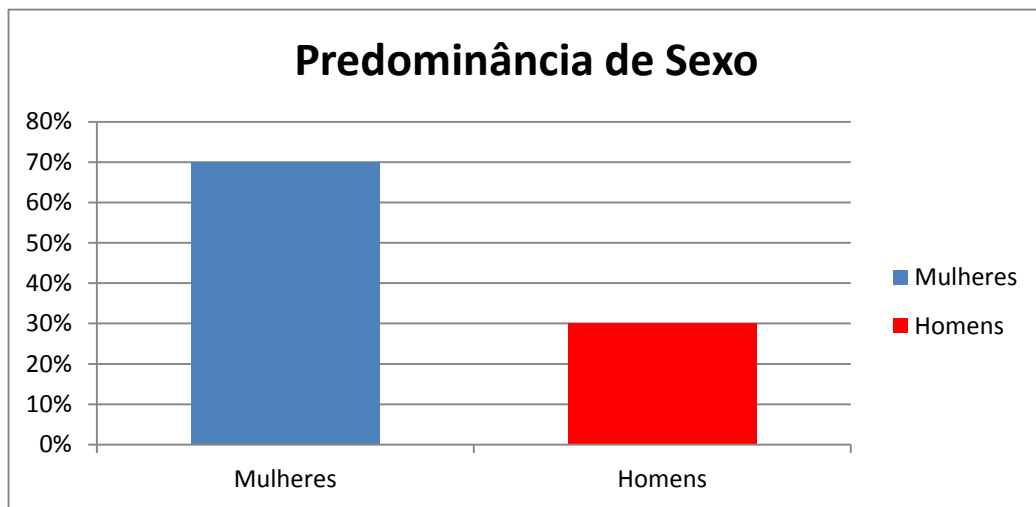
As entrevistadas S.F.A.C. e C.L.M. moram na região há 39 e 50 anos, respectivamente. Ambas frequentavam a área da nascente nos primeiros anos de residência, seja para lazer ou simplesmente como local de travessia. Também participam atualmente de reuniões e eventos que acontecem em prol da revitalização da bacia do Onça, o que inclui as atividades desenvolvidas na nascente. Já o entrevistado C.L.S. reside no Ribeirão de Abreu há 30 anos, mas não tinha por hábito frequentar a área da nascente. Porém, após a revitalização, tem participado de mutirões de limpeza, plantio de mudas e de outros eventos que acontecem no local.

Por fim, as entrevistadas C.L.R.M. e M.J.Z.V. frequentam a região da nascente e a bacia do Ribeirão do Onça há mais de 20 anos. Mesmo não morando no entorno do objeto de estudo, trabalham com a educação infantil no local e participam ativamente das ações de mobilização social e educação ambiental na bacia. Vale ressaltar que ambas conheceram as águas do Onça enquanto ainda eram próprias para lazer e atuam junto ao COMUPRA e ao Subcomitê Ribeirão do Onça.

7. RESULTADOS

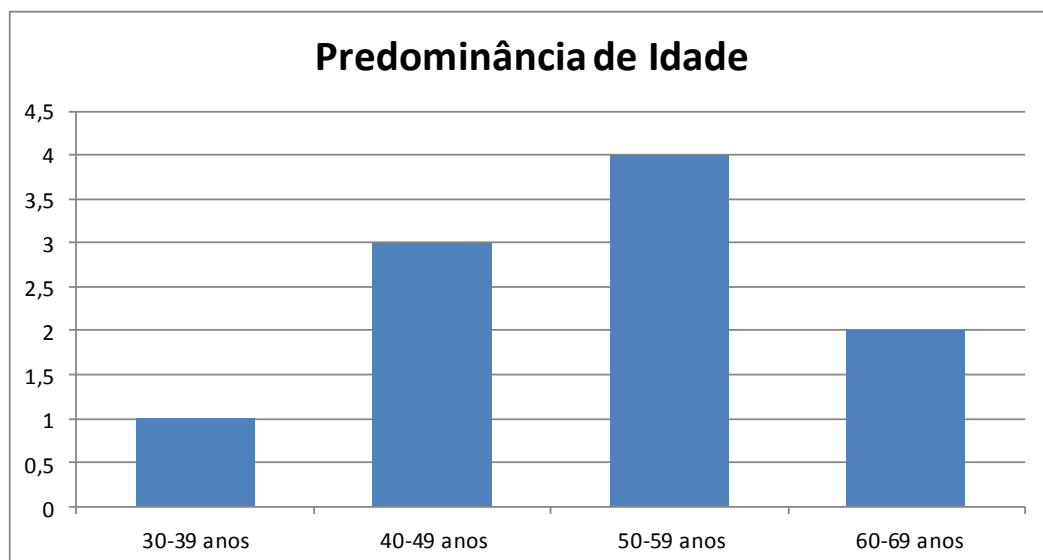
No que diz respeito ao sexo, foram entrevistadas 7 (sete) pessoas do sexo feminino e 3 (três) do sexo masculino. Devido o uso do método Bola de Neve, a disparidade entre homens e mulheres é justificada pelo acaso, mas no capítulo de Considerações Finais serão pontuadas algumas questões que adentram essa discussão. Já em relação à idade, 10% dos entrevistados estão dentro da faixa etária de 30-39 anos, 30% entre 40-49 anos, 40% entre 50-59 anos e 20% na faixa etária de 60-69 anos. Os dados acima estão ilustrados nos gráficos a seguir:

Gráfico 1 – Sexo dos Entrevistados



Fonte: Elaboração própria com base nas informações coletadas. 2018.

Gráfico 2 – Idade dos Entrevistados



Fonte: Elaboração própria com base nas informações coletadas. 2018.

Para iniciar as conversas, foi perguntado aos entrevistados o tempo de residência na região do entorno da nascente. A moradora mais antiga da região, reside nas imediações há 50 anos, identificada pelas iniciais C.L.M. Por outro lado, o morador mais recente reside no Bairro Ribeiro de Abreu há 12 anos, atendendo pelas iniciais A.S.. Portanto, a média de residência na região considerando os dez entrevistados é de 34,9 anos.

Em seguida, os entrevistados foram questionados sobre os antigos usos conhecidos na nascente e sua área do entorno nos anos anteriores à revitalização. Nesse

questionamento foi enfatizado que poderiam ser relatados quaisquer tipos de usos da população, sendo estes benéficos ou prejudiciais para o objeto de estudo e para a comunidade no geral.

Segundo alguns dos entrevistados a área era desabitada, com porções de mato em grande altura e com ausência de manutenção. A entrevistada S.F.A.C. destaca que a área da nascente “era muito abandonada, com mato [...] e às vezes algumas pessoas passavam, sabiam que a nascente existia, mas não era um lugar com vida igual a gente vê hoje”. Ela também acrescenta que:

Quando descobriram a nascente há muito tempo, os primeiros moradores usaram aquela água para a construção das próprias casas e para consumo. Depois que foram aumentando as moradias [...] a nascente ficou meio de lado e as pessoas não deram muita importância a ela (S.F.A.C. entrevista realizada em Maio de 2018)

Ao todo, foram relatados 12 (doze) tipos diferentes de usos sendo eles o uso da água da nascente para consumo próprio, para construção de casas, dessedentação de animais de grande porte, local para banho de pessoas em situação de rua e lavagem de roupas.

Além disso, a área do entorno era utilizada para pasto, ocupação irregular, uso de entorpecentes, descarte de entulho, resíduos sólidos e animais mortos. Também foram citados os usos da área para lazer e travessia entre duas ruas. A partir da compilação dos dados verificou-se que o consumo doméstico é uso mais conhecido da área anteriormente à revitalização, sendo o mais citado entre a maioria dos entrevistados. Foram menos citados os usos da área para descarte de animais mortos, lavagem de roupas, local para banho, pasto e travessia. Para melhor visualização, o gráfico a seguir apresenta tais usos de acordo com as respostas dos entrevistados.

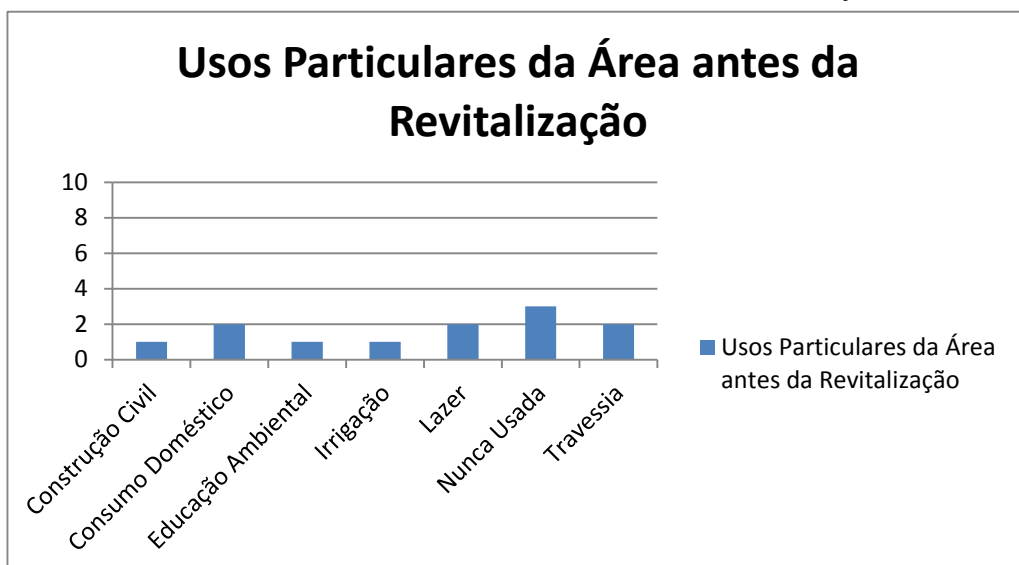
Gráfico 3 – Usos da Área antes da Revitalização



Fonte: Elaboração própria com base nas informações coletadas. 2018.

Semelhante à pergunta anterior, os entrevistados foram questionados sobre os seus usos particulares naquela área anteriormente à revitalização. Verificou-se que a maior parte dos entrevistados nunca utilizou da água da nascente ou da área do seu entorno para qualquer finalidade. Os usos particulares menos citados foram para construção civil, educação ambiental e irrigação, como é mostrado no gráfico a seguir.

Gráfico 4 – Usos Particulares da Área antes da Revitalização



Fonte: Elaboração própria com base nas informações coletadas. 2018.

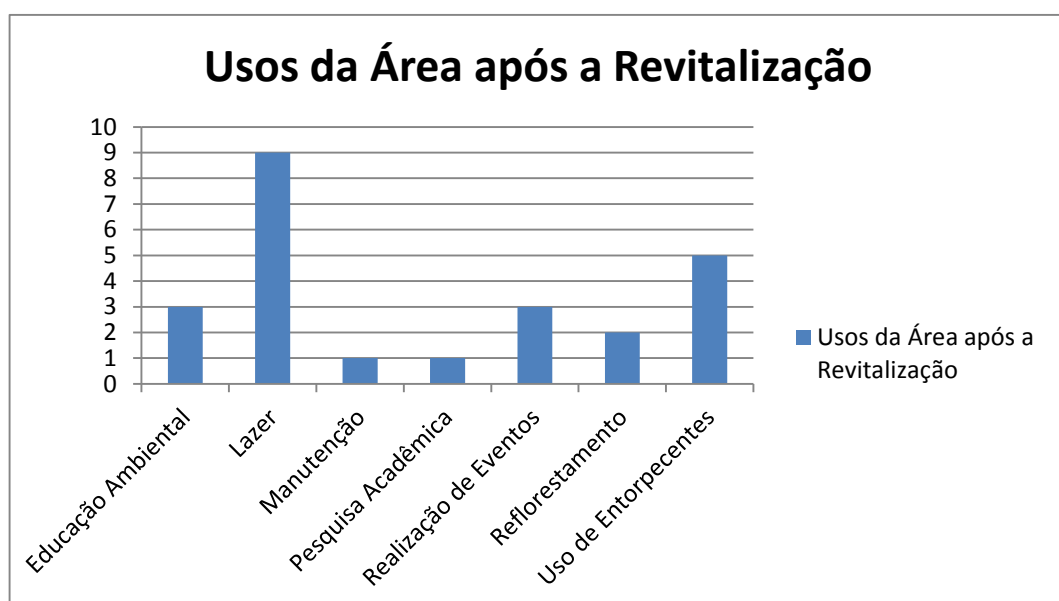
Ato contínuo, foi perguntado aos entrevistados se conheciam a estrutura e objetivos do Projeto de Valorização de Nascentes Urbanas e se participaram de pelo menos alguma atividade promovida durante a campanha. 8 (oito) dos entrevistados disseram conhecer o Programa e ter participado de alguma atividade atribuída a ele, apenas 1 (um) disse conhecer tal estrutura, mas que não participou das atividades realizadas e 1 (um) dos entrevistados afirmou que já ouviu falar do Programa, mas que não participou das reuniões ou outras atividades correlatas. Seguem exemplos de participação ou não nas falas abaixo:

Particpei e participo dos eventos que tem lá. [...]. Por exemplo, na época de montar os corrimões foi feito um mutirão e eu também particpei. (A.G.M.N., entrevista realizada em Maio de 2018)

Não, não particpei não. Meus horários são meio confusos, perdi muitos eventos que aconteceram aqui, então não deu para acompanhar nada. (M.S.C.R., entrevista realizada em Maio de 2018).

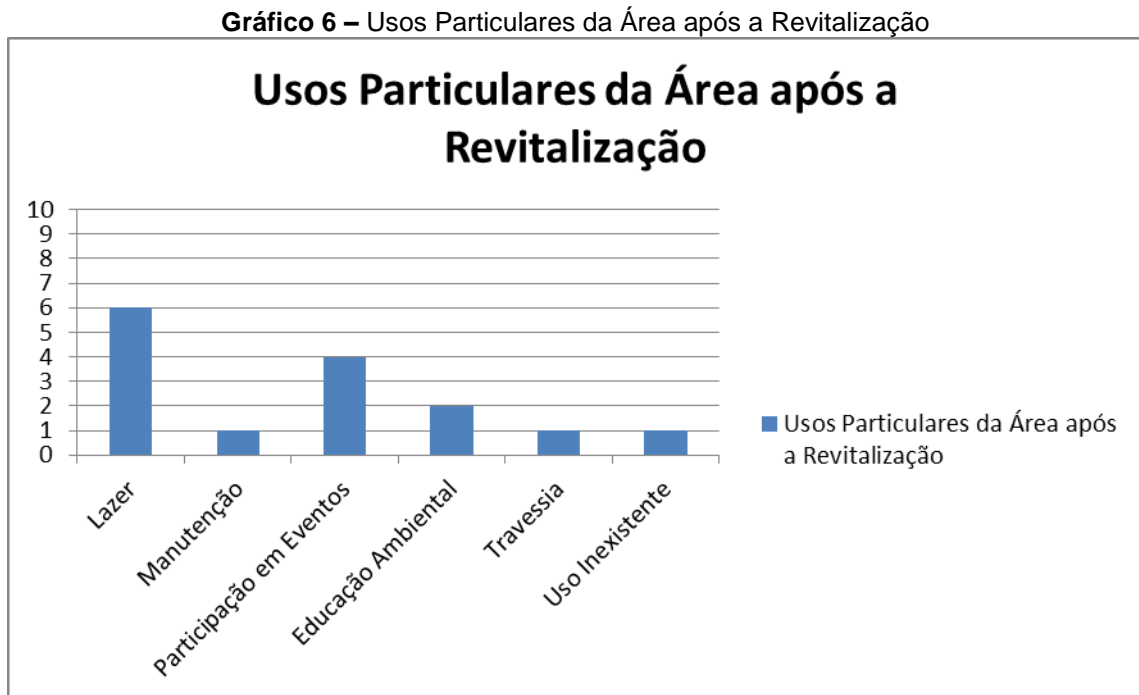
Os entrevistados foram questionados sobre os atuais usos conhecidos na nascente e sua área do entorno após a revitalização. Como mostrado no gráfico a seguir, o uso para lazer foi o mais citado entre os entrevistados, seja no sentido de contemplação ou na realização de brincadeiras entre crianças. Por outro lado, os usos conhecidos menos citados foram manutenção da área revitalizada e pesquisas acadêmicas.

Gráfico 5 – Usos da Área após a Revitalização



Fonte: Elaboração própria com base nas informações coletadas. 2018.

Semelhante à pergunta anterior, os entrevistados foram questionados sobre os seus usos particulares naquela área após a revitalização. Verificou-se que a maior parte dos entrevistados usa a área para fins recreativos. Os usos particulares menos citados foram para manutenção da área e travessia entre ruas. Além disso, 10% dos entrevistados disseram que atualmente não usam a área para nenhuma finalidade, como é mostrado no gráfico a seguir.



Na sequência, foi perguntado aos entrevistados se foi percebida a realização de atividades de educação ambiental na área da nascente. O objetivo maior desse questionamento era verificar quais tipos de atividades eram feitas e quem eram os responsáveis pela realização destas.

Diversas atividades foram mencionadas, como, por exemplo, a realização de mutirões para coleta de lixo com alunos das escolas da região, oficinas com temáticas socioambientais ministradas por entidades como o Projeto Manuelzão, visitas técnicas de alunos universitários, plantio de mudas e outras atividades que compuseram a programação de eventos de datas comemorativas.

Vêm escolas. No dia mundial da água tinha três escolas, tem a escola Paulo Freire que está sempre trazendo as crianças pra fazer coleta de lixo. (A.G.M.N., entrevista realizada em Maio de 2018).

Eu vejo muitas escolas indo lá. O pessoal do COMUPRA vai muito lá, direto estão fazendo visita lá. Eu vejo ônibus, turistas... Sempre que faço caminhada vejo alguém lá. (C.L.S., entrevista realizada em Maio de 2018).

Sempre tem visitas das escolas, sempre trazem alunos para falarem sobre nascentes, explicarem sobre as coisas que tem em volta. Tem vindo muitos alunos também de universidade, da Geografia e outros cursos. Eu não sei como são esses estudos, mas eles têm vindo aqui pra trabalhar com educação ambiental. (J.M.A., entrevista realizada em Maio de 2018).

Os entrevistados também foram questionados sobre as mudanças para melhor ou pior após a revitalização da nascente e seu entorno. Somente o entrevistado A.S. percebeu mudanças negativas afirmando que considera a área “mal preservada e sem muita finalidade”. Por outro lado foram citadas diversas mudanças positivas após a revitalização, como melhorias na estrutura da área, manutenção (capina, plantio de árvores, etc.), ausência de resíduos sólidos e descarte de entulhos, beleza cênica ressaltada e diminuição no uso de entorpecentes.

Foi mencionada também a diferença na percepção dos moradores em relação à área como exemplificado nas falas abaixo:

Ah! Mudou tudo. Agora é um lugar reconhecido, as pessoas da comunidade valorizam mais. Somente melhorou, só de você ver aquela área verde, com várias árvores plantadas em volta, ficou muito bom. (C.L.S., entrevista realizada em Maio de 2018).

Muita coisa melhorou. Ela passou a ser mais cuidada, os moradores se organizaram em grupos para fazer mutirões, cuidar e cobrar da prefeitura. A SLU fez uma limpeza na área, os moradores foram para lá, fizeram plantio, tem famílias que vão lá para comemorar o aniversário dos filhos, então tem acontecido essas coisas. (S.F.A.C., entrevista realizada em Maio de 2018).

Em seguida, foi perguntado se houve a percepção de uma maior adesão da comunidade do entorno à área revitalizada enquanto local de convivência. Tal questionamento é um dos meios mais importantes de responder à pergunta da presente pesquisa, ou seja, será verificada por meio das respostas uma possível relação de pertencimento da comunidade ao objeto de estudo.

2 (dois) moradores disseram não terem percebido tal adesão, seja por não frequentar a área ou por ainda haver usuários de entorpecentes no local. No entanto, todos os outros 8 (oito) moradores disseram perceber um maior envolvimento da população com a área e aderindo aos objetivos estimulados pela revitalização. Os trechos a seguir corroboram a adesão mencionada:

[...] a população tem frequentado mais. Pelo menos nas visitas que faço sempre vejo uma pessoa ou outra dando uma olhada lá. (C.L.R.M., entrevista realizada em Maio de 2018).

Virou um ponto turístico, não é? [...] Isso é um orgulho para nós. (C.L.M., entrevista realizada em Maio de 2018).

É nítido o quanto as pessoas em volta tem um novo olhar sob ela, estão cuidando mais, protegendo mais, vigiando mais. Era isso que se esperava e está acontecendo. (S.F.A.C., entrevista realizada em Maio de 2018).

Ainda sobre o último questionamento, a entrevistada W.S.C.C. tocou em um ponto importante que merece atenção. Segundo ela, foi possível observar também a mudança de comportamento de vizinhos no que diz respeito à conservação da área revitalizada, como retratado na fala a seguir:

Teve essa adesão sim, principalmente na questão do cuidado. A gente não via isso aqui. Os vizinhos quando estão mexendo com construção pedem caçamba de lixo, antes não tinha, porque toda vez que tinha construção você via gente descartando ali naquela área, para gente aqui era terrível porque a gente mora pertinho. Nas férias de Janeiro eu estava aqui em casa e de repente um menino tocou interfone e falou “W. tem um moço com um carrinho de mão ali, eu acho que é bicho morto”. Cheguei da esquina e vi ele descendo. Parecia que era um cachorro morto. Eu falei “você não vai jogar isso aí não né?” e ele disse “não, não vou não, estava descendo para enterrar”. Mas era mentira, ele ia jogar. Até as crianças estão vigiando. (W.S.C.C., entrevista realizada em Maio de 2018).

Foi perguntado também qual era a percepção dos entrevistados a respeito da conservação da área após a revitalização e de quem seria essa responsabilidade de conservar o que foi implantado. Por unanimidade, os entrevistados responsabilizaram a própria comunidade como agente principal na conservação da área.

Foram percebidas, também, demandas de manutenção sob responsabilidade da prefeitura, principalmente no que diz respeito à capina e à limpeza de modo geral.

Demandou-se também a continuação das parcerias com ONG's e outras instituições para que a realização de eventos e atividades de educação ambiental continue acontecendo na área da nascente. As falas a seguir corroboram as afirmações acima:

Tem que continuar fazendo esse trabalho de conservação e inclusive encontrar outras nascentes para revitalizar. Claro que o Poder Público tem a sua responsabilidade porque é ele que detém recursos para fazer algumas coisas, mas a população também tem a sua parcela de responsabilidade. Nós temos que avançar muito em termos da população porque por mais que as pessoas sofram com a questão da seca, com a falta de água, com o aquecimento global, infelizmente ainda vemos pessoas destruindo ou fazendo pouco caso das nossas áreas verdes. (C.L.M., entrevista realizada em Maio de 2018).

A gente precisa de manutenção lá, somos poucos para manutenção. Então precisamos do Poder Público, do Comitê, dos Subcomitês, do Projeto Manuelzão, nós precisamos da Rede de Tecnologias e Agricultura Urbana, precisamos desses grupos todos e principalmente dos moradores. Foi feito plantio de mudas lá, mas se não tiver alguém para regar todo dia, ainda mais que não é época de chuva, vamos perder essas mudas, que são caras. (M.J.Z.V., entrevista realizada em Maio de 2018).

Sempre vai precisar ter alguma atuação ali, seja do Comitê (do Rio das Velhas), seja da prefeitura, do COMUPRA, mas a comunidade é quem deve continuar mantendo. (J.M.A., entrevista realizada em Maio de 2018).

Algo a se prestar atenção diz respeito às falas das entrevistadas A.G.M.N. e W.S.C.C. Ambas tocaram na questão da desmobilização da comunidade. Segundo A.G.M.N. “a comunidade é pouco participativa. Você não consegue mobilizar a população justamente pelo bairro ser um bairro dormitório. A faixa etária é de pessoas mais idosas, que já não aguentam mais fazer certos serviços” e de acordo com W.S.C.C. “falta participação da comunidade nesse quesito de cuidado”.

Quando se fala em adesão a um projeto implantado, é preciso verificar também se a comunidade do entorno já almejava as intervenções que foram realizadas. Nesse sentido, os entrevistados foram questionados se acreditavam que a população do entorno gostaria que aquela área se tornasse uma área de convivência dos moradores.

A resposta positiva ao questionamento também foi unânime entre os moradores. Foi possível verificar que todos gostariam que mudanças fossem feitas na área para que todos pudessem usufruir do local de alguma forma, confirmando a existência da adesão por parte destes. Vale ressaltar que dos 10 (dez) entrevistados, 4 (quatro) disseram que mesmo com esse desejo de transformação da área, o uso frequente de entorpecentes ali era o motivo da resistência desses moradores ao usufruto do local, como mostrado nas falas a seguir:

Com certeza a comunidade desejava. Falo isso pelas pessoas que passaram a ir lá. Algumas ainda são resistentes por causa da questão da droga, mas muita gente abraçou a área. Gente que nem passava perto de lá. (J.M.A., entrevista realizada em Maio de 2018).

Eu penso que sim, porque muita gente ignorava a nascente por causa dos usos inadequados que existiam e existem lá. Mas com a nascente revitalizada, com os cuidados que estão sendo feitos isso está mudando. Então as pessoas percebem a mudança e querem que continue assim. (S.F.A.C., entrevista realizada em Maio de 2018).

A revitalização da nascente e da área do seu entorno previa a instalação de cercas para maior proteção do local (Figura 12), segundo as definições do projeto. Porém, há quem discorde da garantia de proteção oferecida pelas cercas e que estas podem, inclusive, afastar novos frequentadores.

Figura 12 - Cercas no entorno da área da nascente revitalizada



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Nesse sentido, os entrevistados foram questionados se há uma concordância em relação à necessidade da existência das cercas no local e se a presença destas poderia culminar no afastamento de possíveis visitantes. Mais uma vez, todos os entrevistados responderam positivamente ao primeiro questionamento, ressaltando a necessidade de cercamento da área para garantir maior proteção. Dentre os motivos citados, destaca-se o uso das cercas para evitar a entrada de animais de grande porte e possíveis ocupações humanas como mostrado nas falas a seguir:

São muito necessárias até para evitar que a área seja ocupada por algum morador de rua. Nada contra esse tipo de ocupação, a gente não sabe das necessidades das pessoas, mas ali não é uma área para isso. (C.L.M., entrevista realizada em Maio de 2018).

Nem tinha cerca na verdade, colocou justamente para proteção porque estava tendo muito invasão. No momento é importante. Enquanto não revitalizar tudo, elas vão precisar ficar lá. (C.L.S., entrevista realizada em Maio de 2018).

Foram necessárias sim, porque traz mais segurança, menos depreciação das plantas que estão lá. Também não vai ter invasão de gado. (A.S., entrevista realizada em Maio de 2018).

Foram sim, até mesmo por ser um local com plantio de mudas recente e também para evitar a entrada de animais. (C.L.R.M., entrevista realizada em Maio de 2018).

Sobre o segundo questionamento, 6 (seis) entrevistados disseram que a existência das cercas não afastam e nem atraem possíveis visitantes à área. Vale ressaltar a fala do morador A.S. que sugere que futuramente as cercas ali implantadas sejam substituídas por cercas-vivas para uma melhor harmonia com o local. 2 (dois) entrevistados disseram que as cercas não são fatores que determinam a atração de visitantes, mas que por outro lado afastam aqueles que possivelmente fariam mau uso do local. Por fim, outros 2 (dois) moradores disseram que a presença das cercas sugerem segurança e conseqüentemente atrai possíveis frequentadores.

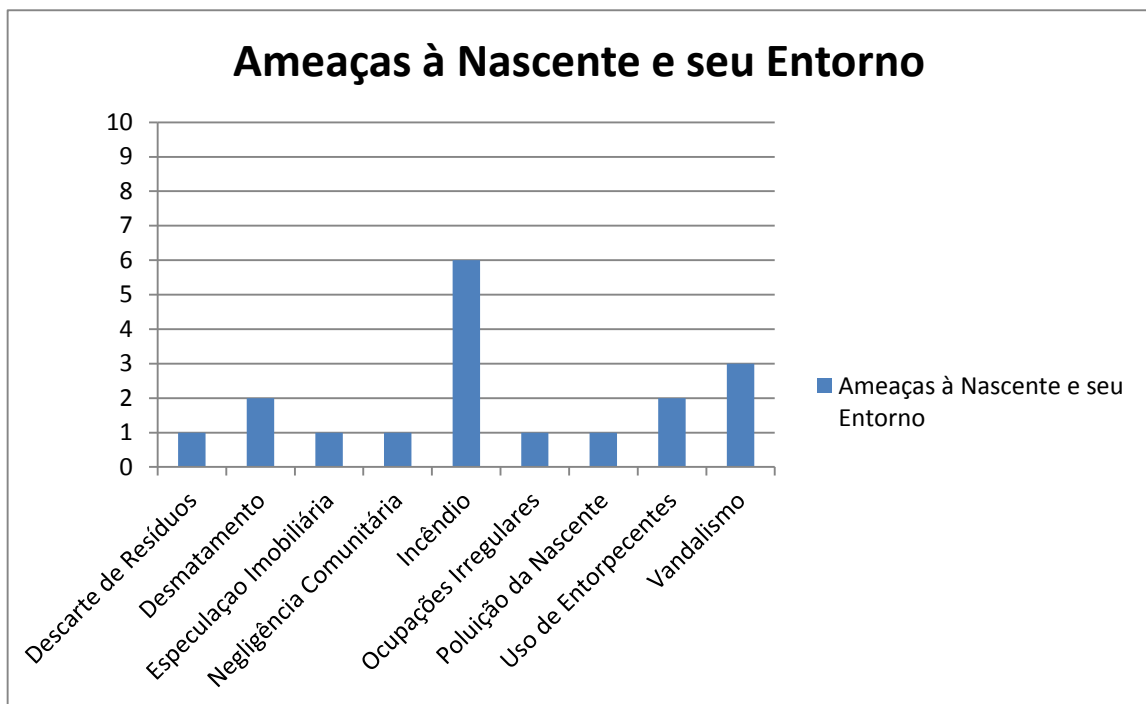
Quando se tem uma cerca, dá a impressão de o local ser mais protegido, então as pessoas podem se sentir mais à vontade de visitarem. (C.L.R.M., entrevista realizada em Maio de 2018).

Não acredito que afaste. Era a melhor opção para dar mais proteção à nascente. Não é um lugar fechado, todo mundo sabe que dá pra entrar lá dentro. Não afastam e nem atraem. (J.M.A., entrevista realizada em Maio de 2018).

Afasta quem quer usar ali para coisas ruins, mas passa uma segurança a mais para a gente não é? (M.S.C.R., entrevista realizada em Maio de 2018).

Ao serem perguntados sobre os perigos e ameaças enfrentados pela área da nascente e seu entorno, foram citadas as ocorrências de incêndio provocado, possível poluição das águas da nascente, uso de entorpecentes, vandalismo na estrutura construída, desmatamento, ocupações irregulares, descarte de resíduos sólidos, especulação imobiliária e até mesmo a falta de conhecimento e interesse de conservação por alguns moradores do entorno. Para melhor visualização, o gráfico a seguir apresenta a relação de perigos e ameaças citadas de acordo com o número de entrevistados.

Gráfico 7 – Ameaças à Nascente e seu Entorno



Fonte: Elaboração própria com base nas informações coletadas. 2018.

Como ilustrado no gráfico acima, a ocorrência de incêndios (Figura 13) foi a resposta mais citada entre os entrevistados no que diz respeito aos fatores que ameaçam a conservação da área revitalizada. A entrevistada M.J.Z.V. denuncia que “a nossa fiscalização é muito fraca e essas pessoas só colocam fogo nos horários e dias que a fiscalização não trabalha”.

A entrevistada C.L.M. corrobora a fala citada acima e alerta para os riscos dos incêndios para a vegetação ali instalada, sobretudo para os Ipês que foram plantados recentemente no processo de revitalização.

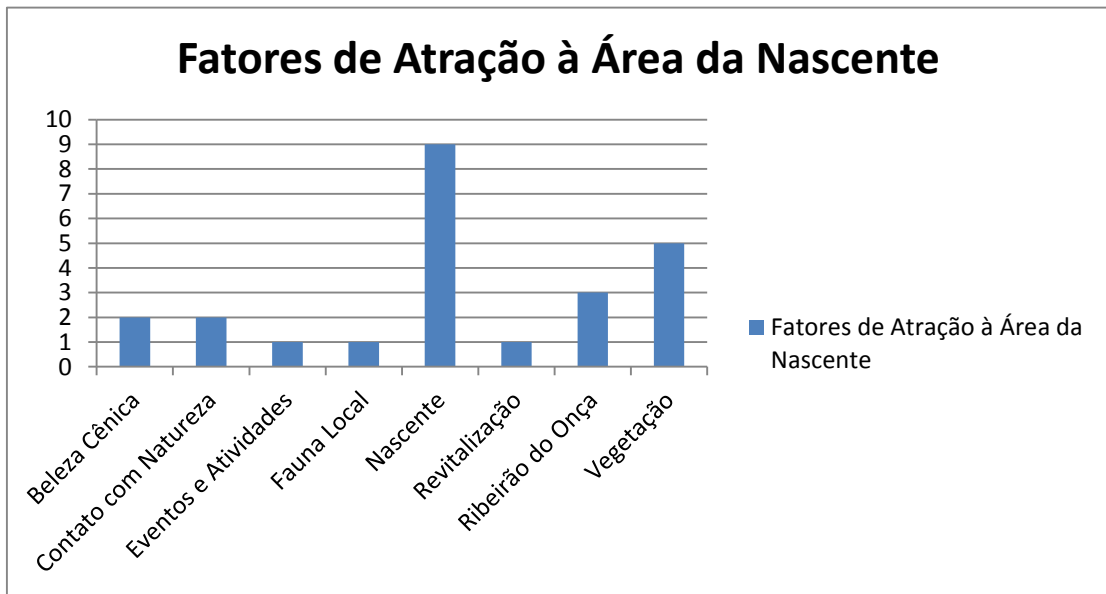
Figura 13 – Vestígios de Incêndio Próximos à Nascente



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

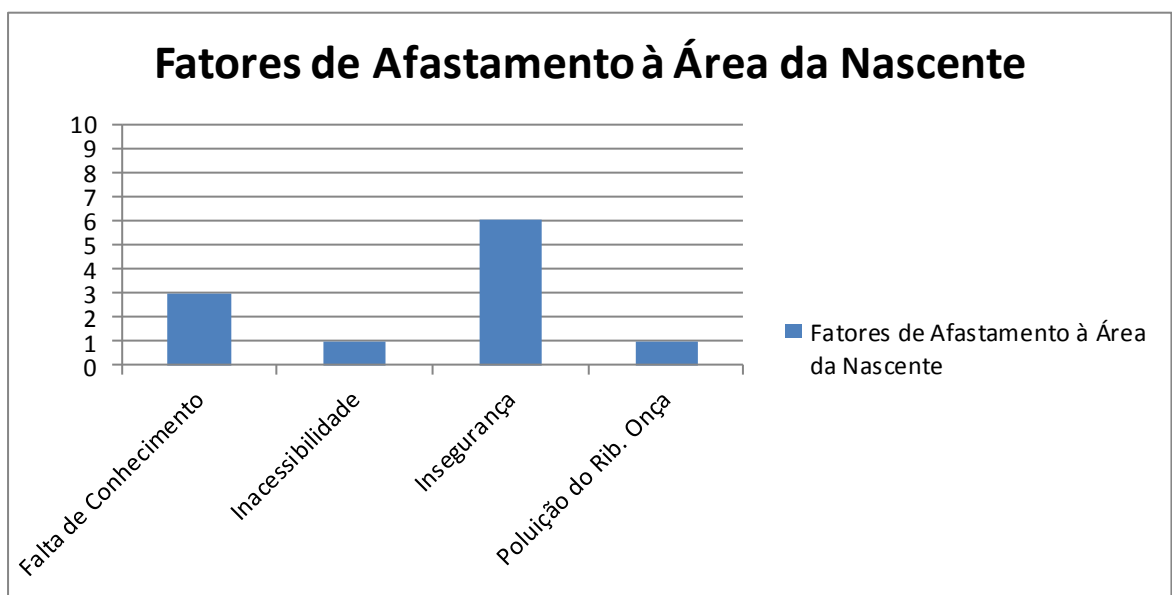
Na sequência, foi solicitado aos entrevistados que citassem quais eram os principais fatores na área da nascente que atraíam ou afastavam a população para uma possível visita. Ao todo, 8 (oito) pontos atrativos foram citados sendo estes a própria nascente, o contato com a natureza, a beleza cênica do local, a própria revitalização da área, a vegetação do entorno, a fauna presente como micos e peixes da nascente e a realização de eventos e atividades de educação ambiental.

O Ribeirão do Onça também foi citado como um ponto atrativo. É interessante perceber que, mesmo com o seu alto nível de poluição e degradação de suas encostas, suas corredeiras próximas à área de estudo do presente trabalho e o barulho gerado pelas suas águas, colocam o rio como um dos fatores de atração da população para contemplação do espaço. O gráfico a seguir apresenta a relação de pontos atrativos citados de acordo com o número de entrevistados.

Gráfico 8 – Fatores de Atração à Nascente e seu Entorno

Fonte: Elaboração própria com base nas informações coletadas. 2018.

De acordo com os entrevistados, a inacessibilidade do local, a insegurança, a falta de conhecimento e/ou interesse na área e a poluição do Ribeirão do Onça são fatores que afastam a população. Segundo a entrevistada A.G.M.N. a maioria dos moradores da região são idosos e o acesso à nascente para esses indivíduos é dificultoso já que a área encontra-se num relevo acidentado. O gráfico abaixo apresenta a relação destes fatores de afastamento citados ao número de entrevistados.

Gráfico 9 – Fatores de Afastamento à Nascente e seu Entorno.

Fonte: Elaboração própria com base nas informações coletadas. 2018.

Ao mencionarem a insegurança como um fator de afastamento, os entrevistados se referem ao uso de entorpecentes que é feito no local e o fato da área ser erma em alguns momentos. Os entrevistados C.L.S., C.L.M. e S.F.A.C. garantem que o principal fator de afastamento é o desconhecimento da área por parte de uma parcela da população que não leva em consideração o potencial ali existente, mas que ao longo do tempo essa percepção vem mudando para melhor.

Ao final das entrevistas, foi perguntado aos participantes se a revitalização da área da nascente e seu entorno interferiu de alguma forma, positiva ou negativamente, na fauna local, no Ribeirão do Onça e na dinâmica do bairro Ribeiro de Abreu. Em relação à fauna, todos os entrevistados concordaram que desde a inauguração da revitalização da área tem-se percebido o retorno e o aumento de aparições de animais circulando pela região, como relatado nas falas a seguir:

Interfere demais. A gente hoje já vê com muito mais frequência tucanos e micos. Outras aves que a gente não via já estão se aproximando. O desmatamento expulsou esses bichos não é, mas eles estão voltando e ficando. (C.L.M., entrevista realizada em Maio de 2018).

Interfere positivamente. Se fizerem uma agrofloresta como eu havia pensado, isso vai atrair os animais. Todos os animais estão indo para o centro da cidade porque não está tendo área com alimentação e água. E ali tem e vai ter muito mais. Já tem muitas aves voltando. (J.M.A., entrevista realizada em Maio de 2018).

Com certeza, positivamente. A gente percebeu que à medida que se foi trabalhando ao redor, teve um crescimento do volume da água e com isso a fauna se tornou mais presente, então interfere muito positivamente. (S.F.A.C., entrevista realizada em Maio de 2018).

Em relação à interferência positiva ou negativa no Ribeirão do Onça, apenas 1 (um) entrevistado afirmou não saber se há essa interferência, pois, o rio encontra-se muito poluído. No entanto, 90% dos entrevistados acredita que a contribuição é positiva, já que a nascente representa uma fonte de quantidade e qualidade de água, o que poderia ajudar a despoluir o rio de alguma forma.

Com certeza interfere porque é água limpa descendo para o rio. (C.L.S., entrevista realizada em Maio de 2018).

A água cai lá dentro não é? Então aumenta a água do Onça também, mesmo sendo pouquinha. (M.S.C.R., entrevista realizada em Maio de 2018).

Positivamente, porque o objetivo maior é a gente limpar o Ribeirão, de vermos essas águas limpas. Como a gente tem uma nascente que vai parar ali, com certeza a gente quer que essa água do rio, junto com a água da nascente, desça limpa até o encontro com o Rio das Velhas. (S.F.A.C., entrevista realizada em Maio de 2018).

Por último, referente à interferência ou não na dinâmica do bairro Ribeiro de Abreu, também foi unânime a concordância entre os entrevistados de que alguma mudança no bairro foi percebida. De acordo com as respostas, houve mudanças no movimento, na visibilidade e na qualidade ambiental do bairro e também na mobilização da comunidade. As falas a seguir ilustram tais afirmações:

Interfere sim. Se continuarem preservando a área, isso põe o “esquecido” Ribeiro de Abreu no mapa. A nascente já atraiu várias pessoas, a mídia e acho que recursos pra região também. (A.S., entrevista realizada em Maio de 2018).

Sem dúvida alguma. O bairro Ribeiro de Abreu mudou a cara, essa revitalização mudou o bem estar de quem mora aqui. (C.L.M., entrevista realizada em Maio de 2018).

Muita gente usa a avenida ali embaixo pra caminhar. Antes tinha que dar a volta. Hoje já passa por aqui, já tem um caminho. Facilitou a passagem, a travessia dos moradores de uma rua à outra. (W.S.C.C., entrevista realizada em Maio de 2018).

8. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após cerca de um ano de inauguração da revitalização da Nascente Fundamental do Parque Ciliar do Onça, é possível verificar por meio das falas obtidas junto aos dez entrevistados da presente pesquisa, que houve uma mudança de percepção destes indivíduos em relação à área da nascente e seu entorno. As comparações realizadas entre os usos antigos e atuais da área demonstram que há um maior aproveitamento do local seja para fins educativos ou para atividades de lazer ou manutenção do espaço.

Considerando a área da amostragem, o número de entrevistas realizadas e as referências indiretas citadas pelos participantes da pesquisa, é possível inferir que após as intervenções na área da nascente, a comunidade ao redor conseguiu

enxergar outras possibilidades de uso naquele local, quebrando, inclusive, resistências antigas para a realização de visitas ou mesmo de aproximação.

Outro ponto importante a ser destacado é o quanto a comunidade acabou se envolvendo involuntariamente às ações de mobilização social realizadas na área do objeto de estudo, já que todos os entrevistados disseram ter tido contato com tais ações em algum momento.

A partir das respostas dos entrevistados, é possível estabelecer uma avaliação prévia das ações que foram implementadas pelo Programa de Valorização de Nascentes Urbanas de acordo com os objetos traçados. Esta avaliação consiste em identificar as Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças do “produto” deixado pelo Programa por meio de algumas colocações citadas pelos participantes. Tal avaliação nada mais é do que a realização da Análise FOFA, citada aqui no capítulo dos procedimentos metodológicos.

No que diz respeito às intervenções realizadas, do resultado final como um todo e da conservação pós-revitalização, verificou-se que o objeto de estudo tem como **FORÇAS** benefícios naturais que contribuem com o equilíbrio do ecossistema, sendo fonte de água e alimento para a fauna local. Além disso, é também uma fonte de água que contribui em quantidade e qualidade para o Ribeirão do Onça, afluente mais poluído do Rio das Velhas.

É um local com infraestrutura básica para lazer e contemplação, visto o crescente número de visitas e de realização de atividades de acordo com a percepção dos moradores. Além disso, é um objeto abraçado por várias lideranças locais, apoiado por diversas instituições, entidades socioambientais e grupos acadêmicos. Por fim, a área ganhou destaque no que diz respeito à sua beleza cênica e futuramente será interligada ao Parque Ciliar do Ribeirão do Onça.

Em relação às **OPORTUNIDADES** verificadas, foram identificadas diversas perspectivas positivas para a área e seu entorno a partir da conservação do local. A Nascente vem se tornando um ponto de encontro para a comunidade e visitantes, o

que pode culminar numa maior e melhor mobilização comunitária e aproveitamento do espaço.

Percebeu-se, ainda, que houve a diminuição dos descartes de resíduos na área, principalmente aqueles de maior volume com os da construção civil. Tal fato pode ser resultado de uma maior vigilância dos moradores do entorno que têm intervindo em situações que prejudiquem a conservação da área.

Os resultados da pesquisa também mostraram que a dinâmica do bairro Ribeiro de Abreu sofreu alterações com uma maior visibilidade da área de estudo, trazendo mais visitantes e recursos para a região. A nascente também pode ser vista como um ponto de partida como um caso de sucesso para o apoio a outras iniciativas locais, já que todo o processo de revitalização contou com diversas influências sociais e políticas.

No entanto, também foram identificadas **FRAQUEZAS** em relação à conservação e manutenção das intervenções realizadas. Ainda existe resistência de parte da comunidade em frequentar a área da nascente, devido o uso casual de entorpecentes no local. Seria necessária, justamente, uma maior adesão destes moradores à área para que houvesse a substituição do uso reclamado.

Outro fator a se destacar é que enquanto local de convivência, a área de estudo se mostra inapropriada para o uso por pessoas de idade avançada ou com locomoção reduzida, visto que o terreno é acidentado contando com pouca estrutura de acessibilidade.

O projeto em si não prevê uma obrigatoriedade da empresa executora em fazer as manutenções necessárias. Como a mobilização comunitária é uma projeção, não há garantias de que as lideranças e as entidades parceiras tomarão a frente das ações de conservação. O projeto contou com intervenções de contenção da erosão existente na área, mas o mesmo não ocorreu com a iminência de incêndios, algo bastante relatado pelos entrevistados.

E justamente os incêndios são as principais **AMEAÇAS** à conservação do objeto de estudo. Aliado a eles, foram citados também os casos de vandalismo à estrutura construída, o descarte ainda existente de resíduos e os usos inadequados da área de acordo com a percepção da comunidade.

Outro fator mencionado diz respeito às ocupações que podem retornar à área, o desmatamento (inclusive por roubo de mudas e arbustos) e mais uma vez a desmobilização da comunidade, já que parte dela ainda não tem conhecimento do potencial ali existente e dos benefícios correlatos à existência da nascente.

O quadro a seguir traz a Análise FOFA com as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças agrupadas para melhor visualização:

Quadro 1 - Análise FOFA do Objeto de Estudo

		FORÇAS	FRAQUEZAS
FATORES INTERNOS		Fonte de água e alimento para fauna	Resistência da comunidade em fazer uso
		Fonte de água limpa para o Ribeirão do Onça	Inacessibilidade
		Infraestrutura básica	Dependência de manutenção externa
		Fonte para pesquisa	Nenhuma intervenção de proteção à incêndios
		Propício para eventos e atividades	
		Beleza cênica	
		Integração com Parque Ciliar	
		OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
FATORES EXTERNOS		Mobilização comunitária	Incêndios
		Realização de eventos e pesquisas	Vandalismo
		Descarte de resíduos em local apropriado	Descarte de Resíduos
		Estímulo a outros projetos	Usos inadequados
		Maior circulação no bairro Ribeiro de Abreu	Ocupações Irregulares
		Entrada de recursos financeiros no bairro Rib. de Abreu	Desmatamento
			Desmobilização

Fonte: Elaboração própria com base nas informações coletadas, 2018.

9. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adentrando as dificuldades enfrentadas durante o processo de pesquisa e retomando discussões iniciadas no capítulo de procedimentos metodológicos, foi percebida uma menor adesão às entrevistas por parte de moradores do sexo masculino da região. Conforme já dito anteriormente, a metodologia aplicada consiste na escolha aleatória de participantes por meio de indicações, porém, ao recrutar os entrevistados do estudo, foi notada certa resistência desses homens a contribuírem com suas experiências e conhecimentos.

Além disso, mesmo aqueles que participaram foram bem sucintos em suas falas e limitados nas suas ponderações. Tal cenário pode ser justificado pela forma como os homens lidam com a afetividade, reprimindo sentimentos e formas de se expressar e associando a emoção ao sexo feminino.

“De acordo com as posições assumidas pelos estudos de gênero, os homens aprenderam, no contexto da modernidade ocidental, a regular as apresentações de si e a expressão emocional e afetiva, em resultado da incorporação de um modelo dominante que os associa à heterossexualidade, à racionalidade e ao autocontrole. (SANTOS, 2015).”

No que diz respeito ao alcance dos objetivos estabelecidos, foi possível perceber que a comunidade do entorno foi envolvida pelas ações do Programa de Revitalização de Nascentes Urbanas e que tal sensibilização vai além daquela proposta pelo Programa em que os principais atores das ações consistiam na comunidade escolar, cuidadores de nascentes, agentes comunitários e entidades.

Além disso, houve um resultado não esperado após a análise das entrevistas. Foi possível notar que a própria Dona Júlia pode ser vista como uma oportunidade, já que ela se tornou uma referência pela sua atuação na nascente, mesmo não sendo uma liderança “formal”. Tal reconhecimento abre caminhos para que outras pessoas também se responsabilizem por práticas de conservação e fiscalização de áreas verdes, haja vista o exemplo da entrevistada W.S.C.C. que coibiu o descarte de animais mortos no entorno da nascente.

A revitalização da Nascente Fundamental do Parque Ciliar do Onça contou com a atuação de diversos órgãos públicos, ONG's, empresas, Comitê de Bacia, lideranças formais e outras instituições, porém, para além do objeto de estudo, Dona Júlia se tornou a protagonista da narrativa. A *semente* do presente estudo foi citada por todos os entrevistados como referência para a conservação da área, ressaltando, sobretudo que a moradora já cuidava do local pelo afeto e relação de pertencimento envolvido.

Portanto, Dona Júlia não é a liderança formal à frente das discussões que envolvem o projeto, mas é vista como pessoa chave para qualquer pesquisa, citação ou maiores informações acerca do tema aqui debatido. A *semente* representa uma resistência às atividades predatórias que aconteceram e acontecem na nascente e seu entorno, sendo reconhecida por todos da região e até mesmo por meio de indicações a prêmios da imprensa¹.

Por fim, é possível compreender que a dinâmica de pertencimento a determinados locais é realizada aos poucos, à medida que a população diretamente interligada com uma área começa a frequentar e tomar conhecimento das ações que são exercidas ali.

“[...] Esse conceito – pertencimento – pode nos remeter a, pelo menos, duas possibilidades: uma vinculada ao sentimento por um espaço territorial, ligada, portanto, a uma realidade política, étnica, social e econômica, também conhecida como enraizamento; e outra, compreendida a partir do sentimento de inserção do sujeito sentir-se integrado a um todo maior, numa dimensão não apenas concreta, mas também abstrata e subjetiva. (LESTINGE, 2004).”

Pelas declarações dos entrevistados, acredita-se que se o projeto de revitalização fosse instituído única e exclusivamente por determinação de algum órgão público, os efeitos poderiam ser diferentes do resultado aqui encontrado devido ao descrédito que a população mantém diante dessas instituições.

Tal descrédito nas instituições públicas e a elevação de Dona Júlia à pessoa chave para as mudanças ambientais da região, acendem o alerta para que as iniciativas de proteção e conservação de áreas verdes e de fontes de recursos hídricos conversem de forma mais aberta com a população e tornem o processo mais participativo dando protagonismo às pessoas que vivem nessas áreas onde são previstas intervenções.

¹ Dona Júlia foi finalista do Prêmio Bom Exemplo, promovido pela Rede Globo Minas em 2016, pela proteção à nascente ao longo dos anos.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA PEIXE VIVO. Ato Convocatório nº005/2016 - Termo de Referência. Belo Horizonte: Contrato de Gestão IGAM Nº02/2012, 2016.

AGÊNCIA PEIXE VIVO. Contrato de Gestão 003/IGAM/2017 – AGB PEIXE VIVO / IGAM / CBH VELHAS. 2017. Disponível em: <<http://agenciapeixevivo.org.br/contrato-de-gestao-003-igam-2017-agb-peixe-vivo-igam-cbh-velhas/>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Lei n. 9.433: Política Nacional de Recursos Hídricos. Brasília: Secretaria de Recursos Hídricos, 1997. 72p.

CAMARGOS, Luiza de Marillac Moreira (coord.) Plano diretor de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio das Velhas: resumo executivo – dez. 2004. Belo Horizonte: Instituto Mineiro de Gestão das Águas, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, 2005.

CBH VELHAS. Define as Unidades Territoriais Estratégicas – UTE, da bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Deliberação Normativa CBH Rio das Velhas n. 01, de 09 de Fevereiro de 2012.

CBH VELHAS. A Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Disponível em: <<http://cbhvelhas.org.br/a-bacia-hidrografica-do-rio-das-velhas/>>. Acesso em: 18 maio 2018.

CBH VELHAS. Estabelece o Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Deliberação CBH Rio das Velhas n. 04, de 29 de Junho de 2017.

COSTA, M. A. M. Reflexões sobre a política participativa das águas: o caso CBH Velhas/MG. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geografia e Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

Drumond, Maria Auxiliadora; Giovanetti, Livia; Queiroz, Artur; e colaboradores. *Técnicas e Ferramentas Participativas para a Gestão de Unidades de Conservação* (2ª Ed.). GTZ. 2009

GOS FLORESTAL. **Plano de Trabalho:** Execução das Obras e Serviços para Revitalização de Nascentes Urbanas na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça e Divulgação de Práticas Ambientais para Proteção e Conservação das Nascentes. Belo Horizonte, 2016. Disponível em:

<http://cbhvelhas.org.br/images/projetos%20SCBH/projetos/PLANO_DE_TRABALHO_ONCA_FINAL_1.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.

LESTINGE, Sandra Regina. *Olhares de Educadores Ambientais para Estudos do Meio e Pertencimento*. Piracicaba, 2004. 247p, p. 39. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11150/tde-03022005-155740/publico/sandra.pdf>>. Acesso em: 09 de Novembro de 2019.

MINAS GERAIS. CERH. . DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH Nº 056 DE 2007. 2007. Disponível em: <<http://agbpeixevivo.org.br/images/arquivos/legislacaoambiental/CERH/deliberacao%20normativa%20cerh-mg%20n%20056-2007.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

VINUTO, Juliana. A Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: Um Debate em Aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 44, n. 22, p.203-220, dez. 2014. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/download/2144/1637>>. Acesso em: 03 maio 2018

SANTOS, Luís. Homens e expressão emocional e afetiva: vozes de desconforto associadas a uma herança instituída. Set. 2015 setembro 2015. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/configuracoes/2593>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

ANEXO 1 - Roteiro Semiestruturado**Iniciais:****Sexo:****Idade:****Há quanto tempo mora na região?****Quais os antigos usos conhecidos na nascente e seu entorno?****Quais os seus antigos usos na nascente e seu entorno?****Conhece o Programa de Valorização de Nascentes Urbanas?****Participou ou acompanhou alguma atividade do Programa (rodas de conversa, ações de educação ambiental, inauguração da revitalização)?****Quais os atuais usos conhecidos na nascente e seu entorno?****Quais os seus atuais usos na nascente e seu entorno?****Soube de ações de educação ambiental na área após a revitalização? (Quem foram os responsáveis? Que tipo atividade era feita?)?****Quais mudanças percebidas para melhor/pior na nascente e em seu entorno?****Qual sua percepção a respeito da conservação da área revitalizada (Como deverá ser daqui pra frente? De quem é a responsabilidade?)?****Tem percebido maior adesão da comunidade do entorno à área revitalizada enquanto local de convivência?****Acredita que a população do entorno gostaria que aquela área se tornasse uma área de convivência?****Você acha que as cercas em volta da área foram necessárias? Por quê?**

Você acha que as cercas atraem ou afastam as pessoas de visitarem a área?

Quais os perigos/ameaças que a área enfrenta?

Quais fatores afastam ou atraem moradores da região?

A revitalização da área interfere de alguma forma na fauna local?

A revitalização da área interfere de alguma forma no Ribeirão do Onça?

A revitalização da área interfere de alguma forma na dinâmica do bairro Ribeiro de Abreu?